

**No. 38492**

---

**Brazil  
and  
Republic of Korea**

**Agreement between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Korea on abolition of visa requirements. Seoul, 18 January 2001**

**Entry into force:** *20 May 2002 by notification, in accordance with article 9*

**Authentic texts:** *English, Korean and Portuguese*

**Registration with the Secretariat of the United Nations:** *Brazil, 10 June 2002*

---

**Brésil  
et  
République de Corée**

**Accord entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République de Corée relatif à la suppression des formalités de visas. Séoul, 18 janvier 2001**

**Entrée en vigueur :** *20 mai 2002 par notification, conformément à l'article 9*

**Textes authentiques :** *anglais, coréen et portugais*

**Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies :** *Brésil, 10 juin 2002*

[ ENGLISH TEXT — TEXTE ANGLAIS ]

AGREEMENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF KOREA ON ABOLITION OF VISA REQUIREMENTS

The Government of the Federative Republic of Brazil

and

The Government of the Republic of Korea (hereinafter referred to as "Contracting Parties"),

Considering the interest in strengthening the existing friendly relationships and the desire to facilitate the entry of nationals of one country into the territory of the other,

Have agreed as follows:

*Article 1*

Nationals of the Federative Republic of Brazil and of the Republic of Korea, who are holders of valid national passports, shall be exempted from visa requirements to enter, transit through and stay in the territory of the other Contracting Party for the purposes of tourism, vacation or business, for a period not exceeding ninety (90) days.

*Article 2*

Holders of valid national passports of either Contracting Party as mentioned in Article 1 may enter, transit through and leave the territory of the other Contracting Party at all points open to international passenger traffic.

*Article 3*

The abolition of visa requirements introduced by this Agreement does not exempt nationals of one Contracting Party from the duty of complying with the laws and regulations in force in the territory of the other Contracting Party concerning entry, permanence and departure of foreigners.

*Article 4*

The Contracting Parties shall readmit their nationals into the territories of their respective States without additional formalities or expenses.

*Article 5*

This Agreement does not curtail the right of either Contracting Party to deny entry or shorten the stay of nationals of the other Contracting Party considered undesirable.

*Article 6*

The Contracting Parties shall, as soon as possible, mutually inform each other through diplomatic channels of any change in their respective laws and regulations concerning the entry, stay and departure of foreign citizens.

*Article 7*

For reasons of security, public order or public health, either Contracting Party may temporarily suspend the application of this Agreement in whole or in part. Any such suspension, anticipated or actually enforced, shall be notified to the other Contracting Party, at the earliest possible time, through diplomatic channels.

*Article 8*

1. The Contracting Parties shall exchange through diplomatic channels specimens of their valid passports not later than thirty (30) days after the date of signature of this Agreement.

2. In case of any modification in the valid passports, the Contracting Parties shall exchange their new specimens accompanied by detailed information on their applicability through diplomatic channels, not later than thirty (30) days before their introduction.

*Article 9*

1. This Agreement shall be valid for an indefinite period and shall enter into force on the date of the last of the diplomatic notes in which both Contracting Parties have informed the other of the fulfillment of the internal legal formalities for its entry into force.

2. This Agreement can be modified in case both Contracting Parties so desire; the amendments shall enter into force as mentioned in paragraph 1 of this Article.

3. Both Contracting Parties may denounce this Agreement through diplomatic note. The denunciation shall be effective thirty (30) days after the receipt of the notification from the other Contracting Party.

Done at Seoul, on 18th January 2001, in duplicate, each in the Portuguese, Korean and English languages, each text being equally authentic. In case of any divergence of interpretation, the English version shall Prevail.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

LUIZ FELIPE LAMPREIA

For the Government of the Republic of Korea:

LEE YOUNG EINN

브라질연방공화국 정부와 대한민국 정부간의  
사증면제에 관한 협정

브라질연방공화국 정부와 대한민국 정부(이하 “체약당사자”라 한다)는,

기존의 우호관계를 강화하고 일방국 국민의 타방국 영역에의 입국을 용이하게 하기를 희망하여,

다음과 같이 합의하였다.

#### 제 1 조

유효한 여권을 소지한 브라질연방공화국 국민과 대한민국 국민은 관광·여행 또는 사업목적으로 90일을 초과하지 아니하는 기간동안 타방 체약당사자의 영역에 입국·통과 및 체류시에 필요한 사증을 면제받는다.

#### 제 2 조

제1조의 규정에 의한 어느 일방 체약당사자의 유효한 여권소지자는 국제여행 통행이 개방된 모든 곳에서 타방 체약당사자의 영역으로 입국·통과 및 출국할 수 있다.

#### 제 3 조

이 협정에 의하여 시행되는 사증의 면제조치에 의하여 일방 체약당사자의 국민들이 외국인의 입국·영주 및 출국에 관하여 타방 체약당사자의 영역에서 유효한 법령을 준수할 의무를 면제받지 아니한다.

#### 제 4 조

체약당사자는 그들 각국의 영역에 추가적인 절차나 비용없이 그들의 국민을 재입국 시킨다.

### 제 5 조

이 협정은 어느 일방 계약당사자가 바람직하지 아니하다고 간주하는 타방 계약당사자의 국민에 대하여 그 입국을 거부하거나 체류기간을 단축하는 권리를 침해하지 못한다.

### 제 6 조

계약당사자는 외국인의 입국·체류 및 출국에 관한 각국의 법령에 변경이 있을 때에는 외교경로를 통하여 가능한 한 조속히 이를 상호 통고한다.

### 제 7 조

어느 일방 계약당사자는 안전·공공질서 또는 공중보건을 이유로 이 협정의 적용의 전부 또는 일부를 잠정적으로 정지시킬 수 있다. 이러한 정지조치가 예상되거나 실제로 시행될 경우에는 외교경로를 통하여 타방 계약당사자에게 최대한 빨리 이를 통고한다.

### 제 8 조

1. 계약당사자는 이 협정의 서명일부터 30일 이내에 외교경로를 통하여 유효한 여권의 견본을 교환한다.

2. 계약당사자는 유효한 여권이 변경될 경우에는 그 변경 30일전에 외교 경로를 통하여 변경사항의 시행에 관한 상세한 자료가 첨부된 새로운 견본을 교환한다.

제 9 조

1. 이 협정은 무기한 효력을 가지며, 양 계약당사자가 협정의 발효를 위한 국내의 법적 절차를 완료한 후 타방 계약당사자에게 이를 통고하는 가장 나중의 외교공한의 일자에 발효한다.

2. 이 협정은 양 계약당사자가 희망할 경우 개정될 수 있으며, 그 개정규정은 제1항의 규정에 따라 발효한다.

3. 양 계약당사자는 외교공한을 통하여 이 협정을 폐기할 수 있다. 협정의 폐기는 타방 계약당사자로부터 그 통고를 접수한 날부터 30일후에 유효하다.

2001년 1월 18일 서울에서 동등하게 정본인 포르투갈어·한국어 및 영어로 작성되었다. 해석상의 상위가 있는 경우에는 영어본이 우선한다.

브라질연방공화국 정부를 위하여



대한민국 정부를 위하여



[ PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS ]

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O  
GOVERNO DA REPÚBLICA DA CORÉIA SOBRE ISENÇÃO DE VISTOS

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Coréia  
(doravante denominados “Partes Contratantes”),

Considerando o interesse em fortalecer as relações de amizade existentes e o desejo de facilitar a entrada de nacionais de um dos países no território do outro,

Acordam o seguinte:

ARTIGO 1

Nacionais da República Federativa do Brasil e nacionais da República da Coréia, portadores de passaportes nacionais válidos, estarão isentos de visto para entrar, transitar e permanecer no território da outra Parte Contratante para fins de turismo, férias ou negócios, por um período de até 90 (noventa) dias.

ARTIGO 2

Portadores de passaportes nacionais válidos de ambas as Partes Contratantes, mencionados no Artigo 1, poderão entrar, atravessar em trânsito e sair do território da outra Parte Contratante em todos os pontos abertos ao tráfego internacional de passageiros.

ARTIGO 3

A isenção de visto introduzida pelo presente Acordo não isenta os nacionais de ambas as Partes Contratantes da obrigação de cumprir as leis e regulamentos vigentes no território da outra Parte Contratante relativos à entrada, permanência e saída de estrangeiros.



ARTIGO 4

As Partes Contratantes readmitirão seus nacionais nos territórios de seus respectivos Estados sem formalidade ou cobrança de despesas adicionais.

ARTIGO 5

Este Acordo não limita o direito de ambas as Partes Contratantes de negar a entrada ou reduzir o tempo de permanência de nacionais da outra Parte Contratante considerados indesejáveis.

ARTIGO 6

As Partes Contratantes informar-se-ão, com a brevidade possível, mutuamente, por via diplomática, sobre quaisquer mudanças nas respectivas leis e regulamentos sobre o regime de entrada, permanência e saída dos cidadãos estrangeiros.

ARTIGO 7

Por motivos de segurança, ordem ou saúde públicas, qualquer das Partes Contratantes poderá suspender temporariamente a aplicação deste Acordo no seu todo ou em parte. Tal suspensão, prevista ou já em vigor, deverá ser notificada à outra Parte Contratante, com a mais breve antecipação possível, por canais diplomáticos.

ARTIGO 8

1. As Partes Contratantes intercambiarão, por via diplomática, espécimes de seus passaportes válidos no máximo 30 (trinta) dias após a data de assinatura deste Acordo.

2. Caso haja modificação dos passaportes válidos, as Partes Contratantes intercambiarão, por via diplomática, espécimes de seus novos passaportes acompanhados de informação pormenorizada sobre suas características e uso, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes de sua entrada em vigor.

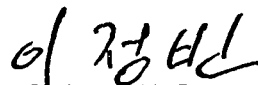
ARTIGO 9

1. O presente Acordo será válido por tempo indeterminado e entrará em vigor na data da última das notas diplomáticas em que as Partes Contratantes se informam do cumprimento dos respectivos requerimentos legais internos necessários para sua entrada em vigor.
2. O presente Acordo poderá ser modificado pela mútua vontade das Partes Contratantes; as emendas entrarão em vigor na forma do parágrafo 1 deste Artigo.
3. Qualquer uma das Partes Contratantes poderá denunciar o presente Acordo, por meio de nota diplomática. A denúncia surtirá efeito 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação pela outra Parte Contratante.

Feito em *Seul*, em 18 de janeiro de 2001, em dois exemplares originais, nos idiomas português, coreano e inglês, sendo os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, prevalecerá o texto em inglês.



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL  
Luiz Felipe Lampreia  
Ministro de Estados das  
Relações Exteriores



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
DA CORÉIA  
Lee Young Einn  
Ministro dos Negócios  
Estrangeiros a.i.

[TRANSLATION - TRADUCTION]

ACCORD ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE DE CORÉE RELATIF À LA SUPPRESSION DES FORMALITÉS DE VISAS

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et Le Gouvernement de la République de Corée (ci-après dénommés les "Parties contractantes"),

Compte tenu de l'intérêt que présente le renforcement des relations amicales existantes et du souhait de faciliter l'entrée des ressortissants de leur pays dans le territoire de l'autre pays,

Sont convenus de ce qui suit:

*Article premier*

Les citoyens de la République fédérative du Brésil et de la République de Corée qui sont titulaires de passeports nationaux en cours de validité sont dispensés de visa pour entrer sur le territoire de l'autre Partie contractante, le traverser ou y séjourner à des fins de tourisme, de vacances ou d'affaires pendant 90 (quatre-vingt-dix) jours au maximum.

*Article 2*

Les titulaires de passeports nationaux en cours de validité de l'une ou l'autre Partie contractante, visés à l'article premier, peuvent entrer sur le territoire de l'autre Partie contractante, le traverser et le quitter par tous les points qui sont ouverts à la circulation internationale des personnes.

*Article 3*

La suppression des formalités de visas en vertu du présent Accord ne dispense pas les citoyens de l'une des Parties contractantes de l'obligation de respecter les lois et règlements, en vigueur sur le territoire de l'autre Partie contractante, qui ont trait à l'entrée, le séjour et le départ des étrangers.

*Article 4*

Les Parties contractantes réadmettent leurs citoyens sur le territoire de leurs États respectifs sans autres formalités ou débours.

*Article 5*

Le présent Accord ne limite pas le droit de chacune des Parties contractantes de refuser l'entrée ou de limiter la durée du séjour des citoyens de l'autre Partie contractante jugés indésirables.

*Article 6*

Les Parties contractantes se communiquent l'une à l'autre par la voie diplomatique, dans les plus brefs délais, toute modification apportée à leurs lois et règlements respectifs concernant le régime d'entrée, de séjour et de sortie des étrangers.

*Article 7*

L'une ou l'autre des Parties contractantes peut, pour des motifs de sécurité, d'ordre ou de santé publique, suspendre provisoirement l'application du présent Accord, en tout ou en partie. Cette suspension doit être notifiée dès que possible à l'autre Partie contractante par la voie diplomatique.

*Article 8*

1. Les Parties contractantes échangent par la voie diplomatique des modèles de leurs passeports valides 30 (trente) jours au moins après la date de la signature du présent Accord.

2. En cas de modification des passeports valides, les Parties contractantes échangent par la voie diplomatique, 30 (trente) jours au moins avant leur entrée en vigueur, leurs nouveaux modèles accompagnés d'informations détaillées sur leur applicabilité.

*Article 9*

1. Le présent Accord est conclu pour une durée indéterminée et entre en vigueur à la date des dernières notes diplomatiques par lesquelles les Parties contractantes se notifient l'une à l'autre l'accomplissement de leurs formalités juridiques internes nécessaires à son entrée en vigueur.

2. Le présent Accord peut être modifié d'un commun accord par les Parties contractantes; les modifications qui y sont apportées entrent en vigueur selon les modalités énoncées au paragraphe 1 du présent article.

3. Chacune des Parties contractantes peut dénoncer le présent Accord au moyen d'une note diplomatique. La dénonciation prend effet 30 jours après que la notification a été reçue par l'autre Partie contractante.

Fait à Séoul le 18 janvier 2001 en deux exemplaires en portugais, en coréen et en anglais, tous les textes faisant également foi. En cas d'interprétation divergente, la version anglaise l'emportera.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :

LUIZ FELIPE LAMPREIA

Pour le Gouvernement de la République de Corée :

LEE YOUNG EINN